

Medida Provisória nº 804, de 2017

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Altera a Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e revoga a Medida Provisória nº 798, de 30 de agosto de 2017.

Explicação da Ementa:

Altera medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, para prorrogar o prazo de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), ou Refis, com os ajustes correspondentes em outros dispositivos da referida norma, promovendo, ainda, a revogação da Medida Provisória 798/2017, que prorrogava a referida adesão por um prazo menor.

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Tributos

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão:	Perda de eficácia, em decorrência do	Último local:	04/10/2017 - Coordenação de Arquivo
Destino:	Ao arquivo	Último estado:	09/07/2018 - SEM EFICÁCIA

TRAMITAÇÃO

19/10/2018 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 470, de 18/10/2018, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término do prazo para edição do Projeto de Decreto Legislativo, nos termos do § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e seu encaminhamento ao Arquivo. (fl. 122).

À COARQ.

19/09/2018 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Em 18-09-2018, esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da Medidas Provisória nº 804, de 2017, cuja vigência encerrou-se em 06-07-2018 por perda de eficácia sem apreciação pelas Casas do Congresso Nacional (§§ 7º e 11 do art. 62 da Constituição Federal):

É extinta a Comissão Mista destinada a apreciar a matéria (§ 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN).

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

À Secretaria de Expediente e, posteriormente, ao Arquivo.

(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional - DCN - de 20-09-2018).

Publicado no DCN Páginas 356 - DCN nº 33

06/08/2018 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

TRAMITAÇÃO

Ação: Recebido nesta Secretaria para aguardar o prazo final para apresentação de projeto de decreto legislativo (parágrafos 2º e 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN), a encerrar-se em 18.09.2018.

06/08/2018 CMMPV 804/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Ação: À SLCN.

11/07/2018 CMMPV 804/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Ação: Publicado no Diário Oficial da União, em 11 de julho de 2018, o Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 36, de 2018, que declara o encerramento do prazo de vigência da Medida Provisória no dia 6 de julho do corrente ano (fl. 120).

10/07/2018 CMMPV 804/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Ação: Anexado Ofício CN nº 369, de 10 de julho de 2018, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil encaminhando a Mensagem CN nº 70/2018, ao Senhor Presidente da República, participando o encerramento do prazo de vigência da Medida Provisória, bem como a sua permanência na Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN. (fls. 118 e 119).

10/07/2018 CMMPV 804/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Ação: Anexado o Ofício CN nº 370, de 10 de julho de 2018, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término do prazo de vigência da Medida Provisória (fl.117).

09/07/2018 CMMPV 804/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Ação: Aguardando a elaboração do projeto de decreto legislativo pela Comissão Mista, nos termos do art. 11, caput, da Resolução nº 01, de 2002-CN.
Prazo: 07/07/2018 a 04/08/2018.

09/07/2018 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Situação: SEM EFICÁCIA

Ação: Término do prazo de vigência, em 6 de julho de 2018, da presente Medida Provisória. Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1 de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato ao Senhor Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria retorna à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de 12/07/2018)

Publicado no DCN Páginas 537 - DCN nº 24

09/07/2018 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Juntado Ofício nº 27/2018, do Bloco Democracia e Cidadania, do Senado Federal (fls. 115).

09/07/2018 CMMPV 804/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Ação: À SLCN

TRAMITAÇÃO

03/05/2018 CMMPV 804/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Ação: Prorrogado por sessenta dias o prazo de vigência da Medida Provisória pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 02/05/2018, nos termos do art. 10, § 1º da Resolução nº 1/2002-CN (fl. 114).

10/04/2018 CMMPV 804/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Ação: Aguardando instalação da Comissão Mista.

10/04/2018 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Em 09/04/2018 a Medida Provisória nº 807 de 2017 (DOU de 31/10/2017, edição extra), que revogava expressamente a presente Medida Provisória, perdeu a eficácia, sem apreciação pelas Casas do Congresso Nacional.

Ficam retomados os prazos de tramitação da matéria, cujo processado retorna à Comissão Mista, conforme despacho inicial.

(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de 12/04/2018)

Publicado no DCN Páginas 361 - DCN nº 11

10/04/2018 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Juntados os seguintes ofícios de substituição de membros da Comissão (fls. 105 a 112):

- nº 075, de 2017, do Bloco Parlamentar Democracia Progressista - SF;
- nº 713, de 2017, do PMDB - CD;
- nº 203, de 2017, do PMDB - SF;
- nº 223, de 2017, do PSDB - SF;
- nº 827, de 2017, do PSDB - CD;
- nº 828, de 2017, do PSDB - CD;
- nº 282, de 2017, do Bloco PP-Avante - CD; e
- nº 114, de 2017, do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - SF.

31/10/2017 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: SOBRESTADA

Ação: Juntada fl. 104 contendo cópia do DOU de 31/10/2017 - Ed. Extra - em que consta publicação da Medida Provisória nº 807/2017, que revoga, na íntegra, a presente Medida Provisória.

Os prazos de tramitação e a vigência da MPV 804/2017 ficarão suspensos até que seja ultimada a votação da MPV 807/17 nas duas Casas do Congresso Nacional.

Publicado no DCN Páginas 541

31/10/2017 CMMPV 804/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Ação: À SLCN.

06/10/2017 CMMPV 804/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Ação: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 30 (trinta) emendas à Medida Provisória, de autoria dos Senhores Parlamentares:

Deputado Federal Pedro Uczai 001; 019; 020; Deputado Federal Cleber Verde 002; Deputado Federal Aelton Freitas 003; Deputado Federal Celso Russomanno 004; Deputado Federal Subtenente Gonzaga 005; Deputado Federal Luiz Carlos Hauly 006; 007; 008; 009; 010; 011; 012; 013; Deputado Federal Tadeu Alencar 014; Deputado Federal Carlos Zarattini 015; Deputado Federal Paes Landim 016; 017; Deputado Federal Marcelo Castro 018; Deputado Federal Izalci Lucas 021; 022; 023; 024; 025;

TRAMITAÇÃO

026; 027; 028; 029; 030
(fls. 23 a 103).
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 12/10/2017.

Publicado no DCN Páginas 62-137

06/10/2017 CMMPV 804/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Feita a comunicação à Câmara dos Deputados acerca da constituição da Comissão Mista e do calendário de tramitação da matéria por meio do Ofício nº 482-CN, nos termos do § 7º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN (fl. 22).

05/10/2017 CMMPV 804/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Ação: Recebida Nota Técnica nº 49/2017, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN (fls. 16 a 21)

04/10/2017 SF-COCM - Coordenação de Comissões Mistas

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Aguardando recebimento de emendas perante a Comissão Mista, nos termos do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

04/10/2017 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Situação: MATÉRIA DESPACHADA

Ação: A presente Medida Provisória, adotada pelo Exmo Sr. Presidente da República em 29 de setembro de 2017, foi publicada na Edição Extra do Diário Oficial da União de 29 de setembro de 2017 e encaminhada ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 369 de 2017.

Designada, em 4 de outubro de 2017, a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria, de acordo com arts. 2º e 3º da Resolução nº 1 de 2002-CN, e art. 10-A do Regimento Comum (fls. 9 a 15).

São os seguintes os Ofícios de indicação das lideranças:

- Ofício nº 15/2017, do Bloco PTB/PROS/PSL/PRP-CD;

- Ofício nº 190/2017, do PSB-CD; e

- Ofício nº 101/2017, do Bloco Moderador-SF.

A composição da Comissão Mista e do calendário de tramitação da matéria estão publicados na Ordem do Dia do Congresso Nacional e serão publicados no Diário do Congresso Nacional de 5 de outubro de 2017.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados (§7º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN).

Matéria remetida à Coordenação de Comissões Mistas.

Publicado no DCN Páginas 28-34

29/09/2017 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Juntada a Mensagem nº 369, de 2017, que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 804, de 29 de setembro de 2017 (DOU de 29/09/2017 - Ed. Extra), às fls. 03 a 08.

29/09/2017 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO MEMBROS COMISSÃO

Ação: Publicado no DOU de 29/09/2017, Edição Extra, página 1, a Medida Provisória 804/2017.

Calendário da Medida Provisória:

- Designação da comissão: até 02/10/2017;

- Emendas: de 29/09/2017 até 05/10/2017;

- Prazo na comissão: *;

TRAMITAÇÃO

- Remessa do processo à CD: -;
- Prazo na CD: até 26/10/2017 (até o 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: até 26/10/2017;
- Prazo no SF: de 27/10/2017 até 09/11/2017 (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: até 09/11/2017;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 10/11/2017 até 12/11/2017 (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 13/11/2017 (46º dia);
- Prazo final no Congresso: até 27/11/2017 (60 dias).

* A Comissão Mista deve, obrigatoriamente, emitir parecer antes de a matéria ser submetida aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 62, § 9º - CF / Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/03/2012)

Publicado no DOU Páginas 1

DOCUMENTOS

MPV 804/2017

Data: 29/09/2017

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Altera a Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e revoga a Medida Provisória nº 798, de 30 de agosto de 2017.

Avulso inicial da matéria

Data: 29/09/2017

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Quadro Comparativo

Data: 29/09/2017

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntada a Mensagem nº 369, de 2017, que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 804, de 29 de setembro de 2017 (DOU de 29/09/2017 - Ed. Extra), às fls. 03 a 08.

Descrição/Ementa: Legislação x MPV 804/2017

EMENDA 1 - MPV 804/2017

Data: 03/10/2017

Autor: Deputado Federal Pedro Uczai (PT/SC)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Inclua-se na Medida Provisória, aonde couber, os seguintes dispositivos, renumerando-se os demais: Art. Fica a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, autorizada a renegociar e a prorrogar até dezembro de 2022, as dívidas com os empreendimentos da agricultura familiar, que se enquadram na Lei 11.326 de 2006, de operações que foram contratadas até 31 de dezembro de 2015, referentes aos pagamentos do licenciamento para a multiplicação e a exploração comercial de sementes. I - a renegociação das dívidas, vencidas e vincendas, deverá ser requerida pelo mutuário e formalizada pela Embrapa até 31 de dezembro de 2017. II - o saldo devedor será apurado na data da renegociação com base nos encargos contratuais de normalidade, sem o cômputo de multa, mora, quaisquer outros encargos por inadimplemento ou honorários advocatícios; III - sobre o saldo devedor apurado, será aplicado um rebate de 95% (noventa e cinco por cento); IV - o pagamento do saldo devedor apurado na forma do inciso III poderá ser realizado em 6 (seis) parcelas anuais, com 2 (dois) anos de carência, mantidos os encargos originalmente contratados.

DOCUMENTOS

EMENDA 2 - MPV 804/2017

Data: 04/10/2017

Autor: Deputado Federal Cleber Verde (REPUBLICANOS/MA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Altera a Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e revoga a Medida Provisória nº 798, de 30 de agosto de 2017.

EMENDA 3 - MPV 804/2017

Data: 04/10/2017

Autor: Deputado Federal Aelton Freitas (PL/MG)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Emenda aditiva à MPV 804, de 2017

EMENDA 4 - MPV 804/2017

Data: 04/10/2017

Autor: Deputado Federal Celso Russomanno (REPUBLICANOS/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Acrescente-se, onde couber, o seguinte dispositivo à Medida Provisória nº 804, de 29 de setembro de 2017: "Art. É suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e nos arts. 168-A e 337-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no regime de parcelamento. § 1º A prescrição criminal não corre durante o período de suspensão da pretensão punitiva; § 2º Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos neste artigo quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórios." (NR)

OFCN 482/2017

Data: 04/10/2017

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: null

Descrição/Ementa: Comunica à Câmara dos Deputados a composição da Comissão Mista e o calendário de tramitação da MPV nº 804/2017.

EMENDA 5 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Subtenente Gonzaga (PDT/MG)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Altera a Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e revoga a Medida Provisória nº 798, de 30 de agosto de 2017. As alíneas a, b e c do inciso II do art. 3º da MP nº 783, de 31 de maio de 2017, passam a ter a seguinte redação:

EMENDA 6 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Propõem-se as seguintes inclusões no texto da MP 804, de 2017

DOCUMENTOS

EMENDA 7 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Propõem-se as seguintes inclusões no texto da MP 804, de 2017:

EMENDA 8 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Propõem-se as seguintes modificações no texto da MP 804, de 2017:

EMENDA 9 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Propõem-se as seguintes modificações no texto da MP 804, de 2017:

EMENDA 10 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Propõem-se as seguintes modificações no texto da MP 804, de 2017:

EMENDA 11 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Propõem-se as seguintes inclusões no texto da MP 804, de 2017:

EMENDA 12 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Propõem-se as seguintes modificações no texto da MP 804, de 2017:

EMENDA 13 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Insira-se o artigo 3º na Medida Provisória 804 com a seguinte redação:

DOCUMENTOS

EMENDA 14 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Tadeu Alencar (PSB/PE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: MEDIDA PROVISÓRIA Nº 804, DE 2017 Altera a Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e revoga a Medida Provisória nº 798, de 30 de agosto de 2017.

Nota Técnica

Data: 05/10/2017

Autor: Senado Federal

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Ação Legislativa: Recebida Nota Técnica nº 49/2017, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN (fls. 16 a 21)

Descrição/Ementa: Nota Técnica nº 49, de 2017

EMENDA 15 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Carlos Zarattini (PT/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Emenda à MP 804/2017

EMENDA 16 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Paes Landim (PTB/PI)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Altera a Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e revoga a Medida Provisória nº 798, de 30 de agosto de 2017.

EMENDA 17 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Paes Landim (PTB/PI)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Altera a Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e revoga a Medida Provisória nº 798, de 30 de agosto de 2017.

EMENDA 18 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Marcelo Castro (MDB/PI)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Altera a Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e revoga a Medida Provisória nº 798, de 30 de agosto de 2017.

DOCUMENTOS

EMENDA 19 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Pedro Uczai (PT/SC)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Inclua-se, aonde couber, no art. 2º da Medida Provisória nº 783/2017, o seguinte dispositivo: Novo Inciso - Para as cooperativas e empreendimentos da agricultura familiar que trata a Lei nº11.326 de 24 de julho de 2006, pagamento à vista e em espécie de, no mínimo, 2% (dois por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, em 8 (oito) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de outubro de 2017 à maio de 2018, o restante parcelado em até 240 (duzentas e quarenta vezes) prestações mensais e sucessivas, com redução de 95% (noventa e cinco por cento) dos juros de mora, de 95% (noventa e cinco por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas, e de 90% (noventa por cento) sobre o valor do encargo legal.

EMENDA 20 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Pedro Uczai (PT/SC)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Inclua-se, aonde couber, no art. 3º da Medida Provisória nº 783/2017, o seguinte dispositivo: Novo Inciso - Para as cooperativas e empreendimentos da agricultura familiar que trata a Lei nº11.326 de 24 de julho de 2006, pagamento à vista e em espécie de, no mínimo, 2% (dois por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, em 8 (oito) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de outubro de 2017 à maio de 2018, o restante parcelado em até 240 (duzentas e quarenta vezes) prestações mensais e sucessivas, com redução de 95% (noventa e cinco por cento) dos juros de mora, de 95% (noventa e cinco por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas, e de 90% (noventa por cento) sobre o valor do encargo legal.

EMENDA 21 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Izalci Lucas (PSDB/DF)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Acrescente-se o seguinte art. 13 à MPV 783-B de 2017:

EMENDA 22 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Izalci Lucas (PSDB/DF)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Acrescente-se, onde couber, o seguinte parágrafo à MPV 783-B de 2017:

EMENDA 23 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Izalci Lucas (PSDB/DF)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Acrescente-se, onde couber, o seguinte parágrafo à MPV 783-B de 2017:

EMENDA 24 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Izalci Lucas (PSDB/DF)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Acrescente-se, onde couber, o seguinte parágrafo à MPV 783-B de 2017:

DOCUMENTOS

EMENDA 25 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Izalci Lucas (PSDB/DF)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Dê-se à alínea "b" do inc. III do art. 2º da MPV 783-B a seguinte redação:

EMENDA 26 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Izalci Lucas (PSDB/DF)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Dê-se à alínea "c" do inc. III do art. 2º da MPV 783-B a seguinte redação:

EMENDA 27 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Izalci Lucas (PSDB/DF)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Acrescente-se no art. 1º, onde couber, o seguinte parágrafo:

EMENDA 28 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Izalci Lucas (PSDB/DF)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Dê-se à alínea "a" do inc. III do art. 2º da MPV 783-B de 2017 a seguinte redação:

EMENDA 29 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Izalci Lucas (PSDB/DF)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Dê-se aos incisos I e II do art. 4º a seguinte redação:

EMENDA 30 - MPV 804/2017

Data: 05/10/2017

Autor: Deputado Federal Izalci Lucas (PSDB/DF)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Descrição/Ementa: Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo `MPV 783-B de 2017:

Avulso de emendas

Data: 06/10/2017

Autor: Senado Federal

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 804, de 2017

Ação Legislativa: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 30 (trinta) emendas à Medida Provisória, de autoria dos Senhores Parlamentares:

DOCUMENTOS

Deputado Federal Pedro Uczai 001; 019; 020; Deputado Federal Cleber Verde 002; Deputado Federal Aelton Freitas 003; Deputado Federal Celso Russomanno 004; Deputado Federal Subtenente Gonzaga 005; Deputado Federal Luiz Carlos Haully 006; 007; 008; 009; 010; 011; 012; 013; Deputado Federal Tadeu Alencar 014; Deputado Federal Carlos Zarattini 015; Deputado Federal Paes Landim 016; 017; Deputado Federal Marcelo Castro 018; Deputado Federal Izalci Lucas 021; 022; 023; 024; 025; 026; 027; 028; 029; 030
(fls. 23 a 103).
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 12/10/2017.

MPCN 70/2018

Data: 10/07/2018

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: null

Descrição/Ementa: Comunica à Presidência da República que expirou o prazo integral de vigência da Medida Provisória nº 804 /2017.

OFCN 369/2018

Data: 10/07/2018

Autor: Primeiro-Secretário do Congresso Nacional

Local: null

Descrição/Ementa: Encaminho a Mensagem nº 70, de 2018 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional, participando que a Medida Provisória nº804 /2017 teve seu prazo de vigência encerrado.

OFCN 370/2018

Data: 10/07/2018

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: null

Descrição/Ementa: Comunica à Câmara dos Deputados que expirou o prazo integral de vigência da Medida Provisória nº804 /2017.

OFCN 470/2018

Data: 19/10/2018

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 470, de 18/10/2018, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término do prazo para edição do Projeto de Decreto Legislativo, nos termos do § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e seu encaminhamento ao Arquivo. (fl. 122).

À COARQ.

Descrição/Ementa: Comunica à Câmara dos Deputados a extinção da Comissão Mista destinada a apreciar a MPV nº 804, de 2017, bem como o fim do prazo para edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da presente Medida Provisória.